



- RESUMO EXECUTIVO -

SISTEMA CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E DE INOVAÇÃO

MODELO DE FINANCIAMENTO

1. INTRODUÇÃO

A Investigação, o Desenvolvimento Tecnológico, a Qualificação dos Recursos Humanos Qualificados e a Inovação são os pilares essenciais para o crescimento económico e o desenvolvimento integrado e sustentável de Portugal.

Torna-se assim imperativo redireccionar e adequar o Sistema Científico, Tecnológico e de Inovação em função desta nova realidade competitiva e da necessidade de promover o conhecimento científico, pelas suas consequências positivas na vida cultural, social e económica do País.

Com vista a atingir este desafio, importa repensar e redefinir o modelo de financiamento subjacente às Unidades de Investigação.

O Modelo de Financiamento do Sistema Científico, Tecnológico e de Inovação enquadra-se num Plano de Acção que o Ministério da Ciência e do Ensino Superior se encontra a preparar sobre o investimento em I&D – Objectivo Europeu 3% do PIB, intitulado:

Investir em I&D – Um Plano de Acção para Portugal até 2010

Este Plano de Acção estrutura-se em 4 grandes eixos prioritários:

- ◆ Aumentar o investimento público em I&D;



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR

Gabinete da Ministra

- ◆ Promover o ambiente facilitador para o investimento privado em I&D;
- ◆ Aumentar os recursos humanos qualificados nas ciências e tecnologias;
- ◆ Promover o emprego científico.

2. OBJECTIVOS

O novo Modelo de Financiamento do Sistema Científico, Tecnológico e de Inovação visa:

- ◆ Contribuir para o desenvolvimento de Portugal e da sua posição na Europa e no Mundo;
- ◆ Promover o Ensino da Ciência e a Cultura Científica;
- ◆ Promover a fixação de capital intelectual em Portugal pelo estímulo ao emprego científico;
- ◆ Promover a criação de massas críticas, a competitividade e a internacionalização;
- ◆ Constituir um instrumento fundamental da transferência de tecnologia para as empresas, serviços públicos e outros sectores da sociedade;
- ◆ Promover um equilíbrio entre as grandes áreas de investigação científica: fundamental, aplicada e as estratégias de interesse público;
- ◆ Capacitar o Sistema Científico, Tecnológico e de Inovação pelo reforço das Instituições com vista à sua sustentabilidade, através de estratégias de dinamismo próprio;



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR
Gabinete da Ministra

- ◆ Definir objectivos adequados à sua dimensão;
- ◆ Reforçar a capacidade de execução, avaliação e prestação de contas sobre o desempenho das Instituições.

3. ESTÍMULOS AO SISTEMA

Neste contexto o presente modelo de financiamento visa uma política de estímulo ao sistema expresso em:

- ◆ Excelência;
- ◆ Formação de Recursos Humanos Qualificados;
- ◆ Emprego Científico;
- ◆ Consolidação Institucional;
- ◆ Multidisciplinaridade;
- ◆ Produção Científica;
- ◆ Transferência de Tecnologia;
- ◆ Competitividade;
- ◆ Internacionalização;
- ◆ Intensidade Tecnológica e Capacidade Experimental;
- ◆ Áreas Prioritárias e Estratégicas.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR
Gabinete da Ministra

4. COMPONENTES DO MODELO DE FINANCIAMENTO

O modelo de financiamento às Unidades de Investigação compreende:

4.1 Base de Financiamento:

- ◆ Resultante da classificação da Avaliação Externa Internacional (Excelente, Muito Bom, Bom, Regular e Não Satisfatório) às Unidades de Investigação, multiplicada ainda, por factores de Multidisciplinaridade, Gestão e Autonomia, Intensidade Tecnológica e Experimental e Áreas de Aplicação Prioritárias;
- ◆ Esta **Base de Financiamento** é ainda aferida por um **factor complementar** tendo como suporte os Índices de actividade científica e os de transferência de tecnologia;
- ◆ O financiamento final (resultante do financiamento base e do factor complementar) pode ser majorado até 15% se, durante o período de 2 anos, a Unidade de Investigação gerou *spin-offs* ou *start-ups* e até 10%, se nesse período tiver havido registo de patentes;
- ◆ Os Laboratórios Associados são ainda objecto de um reforço financeiro com vista a um pacote de contratação de doutorados de acordo com o respectivo plano de actividades.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR
Gabinete da Ministra

4.2 Complemento de estímulo à Excelência e à Formação de Recursos Humanos Qualificados

Aos investigadores nacionais ou estrangeiros radicados numa instituição portuguesa ou ainda aos que se queiram radicar em Portugal, será concedido, pelo período de dois anos, um complemento para despesas de investigação desde que tenham:

- ◆ publicado 100 artigos em revistas internacionais referenciadas no ISI e com 200 citações;
- ◆ sido supervisores de, pelo menos, 10 doutoramentos já concluídos e publicado 50 artigos em Revistas Internacionais referenciadas no ISI e com 100 citações;

Caso se trate de um investigador português no estrangeiro e que pretenda regressar e trabalhar em Portugal, este complemento terá um acréscimo de 100%.

Este complemento de estímulo à Excelência e à Formação de Recursos Humanos é supletivo a todos os outros financiamentos.

4.3 Projectos de Investigação e Demonstração

Além dos projectos correspondentes à Base de Financiamento as Unidades de I&D podem candidatar-se a financiamento complementar de I&D por projectos.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR
Gabinete da Ministra

5. ENTRADA EM VIGOR DO NOVO MODELO DE FINANCIAMENTO

O novo modelo de financiamento, acima descrito, será aplicado a todas as Unidades de I&D a partir de 1 de Janeiro de 2006.

No entanto, as Unidades de I&D poderão, se assim o entenderem, adoptar o novo modelo de financiamento a partir de 1 de Janeiro de 2005 (através de concurso a abrir entre 15 de Setembro e 30 de Outubro, ou através de solicitação expressa à Fundação para a Ciência e a Tecnologia).

As novas Unidades de I&D, entretanto criadas ou resultantes de fusões entre as existentes, serão enquadradas neste novo modelo de financiamento.

O Governo assume o acordo de princípios que presidiu à atribuição do estatuto de Laboratório Associado. Estes serão objecto de um processo de avaliação documental em Maio e Junho de 2004.

Com base nesta avaliação, serão celebrados os contratos de Laboratórios Associados de acordo com os objectivos específicos de política científica e tecnológica do Estado em função do novo modelo de financiamento, com efeitos retroactivos a partir de 1 de Janeiro de 2004.

Entre 15 de Setembro e 30 de Outubro de 2004, vai ser aberto concurso para atribuição do estatuto de Laboratório Associado a Unidades de I&D existentes.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR
Gabinete da Ministra

Pretende-se que as Unidades de I&D a que seja atribuído este estatuto, criem massa crítica e cooperem de forma competente e eficaz, em áreas estratégicas, na prossecução dos objectivos específicos de politica científica e tecnológica do Estado.

Os contratos a assinar com estes novos Laboratórios Associados produzirão efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005.

6. AUDIÇÃO E CONSULTA À SOCIEDADE

O presente modelo de financiamento do Sistema Científico, Tecnológico e de Inovação, será objecto, até 30 de Abril de 2004, de audição às entidades competentes nesta matéria e de consulta à sociedade.

7. CONCLUSÕES

Este modelo de financiamento do Sistema Científico, Tecnológico e de Inovação, que o Governo coloca a partir de hoje disponível à consulta da sociedade, permite clarificar e sistematizar as regras de atribuição de financiamento de todas as unidades de I&D e redefinir o mapa científico existente, composto por 431 centros de investigação, dos quais 15 são Laboratórios Associados.

A criação de regras explícitas, associada à prossecução de objectivos do Sistema, à manutenção da aposta na avaliação internacional, à ênfase numa cultura de mérito e à gestão eficiente dos recursos financeiros a atribuir, permitirá, assim, criar novas condições para o desenvolvimento do Sistema Científico, Tecnológico e de Inovação ao serviço do País.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR
Gabinete da Ministra

São ainda objectivos prioritários deste modelo de financiamento, o desenvolvimento de Portugal e da sua posição na Europa, através da promoção do ensino da ciência e da cultura científica, da fixação de capital intelectual em Portugal, do objectivo europeu proposto na Estratégia de Lisboa - 3% do PIB de investimento na área da Ciência até 2010 - e do reforço das Instituições com vista à sua sustentabilidade.

Também pela primeira vez se estabelece a atribuição do estatuto de Laboratório Associado através de concurso público, em áreas estratégicas da política científica, tecnológica e de inovação do Estado.

Assume, ainda, particular relevo, a concessão a investigadores nacionais e estrangeiros, com curriculum excepcional, radicados ou que se queiram radicar em Portugal, de um Complemento à Excelência para despesas de investigação, a atribuir de forma célere e através de procedimentos simplificados.

Lisboa, 12 de Abril de 2004